4.
A intervenção humanitária em Ruanda

4.1.
Introdução

Figura 4 – Mapa de Ruanda e principais cidades

O acirramento do ódio entre os diferentes grupos étnicos também foi o pano de fundo sobre o qual se desenhou o complicado xadrez de relacionamentos entre Tutsis e Hutus em Ruanda. A clivagem social, representada pelas hostilidades entre as duas etnias, foi sendo sulcada paulatinamente pelos colonizadores alemães e belgas desde os primeiros momentos da administração da região, onde hoje estão Ruanda e Burundi. Os anos de constante acirramento do ódio étnico entre as duas etnias majoritárias de Ruanda levaram à abertura dessa violenta Caixa de Pandora nos momentos imediatamente posteriores à independência em 1962, quando a disputa interna pelo poder resultou no primeiro dos massacres da população Tutsi (como já citado no Capítulo 2). As décadas de 1970 e 1980

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

levaram à mobilização dos Tutsi exilados e à criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que acabou levando a embates mais virulentos entre as duas etnias.

Os autores, cujas argumentações foram utilizadas neste capítulo (Prunier, Mamdami, Gourevitch e Barnett), são unânimes em afirmar que um rastilho de foi sendo acumulado a partir da colonização belga. Isso porque as primeiras diferenciações sociais de cunho étnico foram implementadas pelos alemães, porém a agudeza dessa estratificação foi fomentada e perversamente dirigida, durante o início da administração belga , em favor dos Tutsis e, ao final do período colonial, abruptamente voltada para os Hutus. A administração belga entregou o poder do novo Estado ruandês nas mãos dos Hutus, sedentos de vingança contra os Tutsis, deixando construído um ambiente de revanchismo étnico que eles mesmos haviam erigido.

A seguir serão apresentados os fatos que elevaram a tensão entre Tutsis e Hutus a partir do período de independência ruandês. O legado belga de ódio racial continuou seu moto-contínuo cumulativo de tal maneira que, com a morte do presidente Juvénal Habyarimana, uma psicopatia tomou conta da população Hutu, muito bem dirigida pelos extremistas, levando-a à barbárie hobbesiana e ao genocídio de mais de 800 mil Tutsis em Ruanda. Outro ponto comum entre os autores utilizados neste capítulo são as críticas quanto à inabilidade da ONU em compreender todos os sinais da tragédia que se anunciava (mesmo com os alertas do comandante dos capacetes azuis, que estavam baseados na capital) e à incapacidade da Organização em autorizar a ação dos soldados da ONU no início do conflito entre Hutus e Tutsis ou mesmo enviar reforços que tentassem impedir o massacre que já se desenhava. O equívoco da não-ação da ONU só é comparado com o despautério de autorizar a França a liderar uma força de intervenção humanitária quando o conflito já caminhava para o seu final e o exército Tutsi já controlava 90% do território ruandês. A ação francesa apenas serviu para proteger os responsáveis pelo genocídio, atrasando o fim do conflito no país.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

4.2.
Antecedentes Imediatos

Em 1986 os preços das principais commodities ruandesas (chá e café) despencaram no mercado internacional. O governo de Juvénal Habyarimana, à frente de Ruanda desde 1973, passou a substituir o que perdia no mercado internacional pelo desvio de verbas de projetos estrangeiros de ajuda internacional. Em 1989 o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial exigiram que o governo ruandês implementasse um ajuste estrutural para voltar a ofertar crédito ao país, levando Habyarimana a aumentar os impostos e a cortar o orçamento do governo pela metade. Escândalos de corrupção começaram a vir a público na mesma medida em que opositores do governo eram atropelados ou mortos em supostos acidentes. Diversos opositores Hutus de Habyarimana começaram a se fazer ouvir pelos governos ocidentais, cuja ajuda equivalia a 60% do orçamento anual de Ruanda.[1] Ao fim de 1989, depois da queda do muro de Berlim, os governos da Europa Ocidental e dos EUA começaram a pressionar Ruanda (e vários outros países africanos que dependiam de seus auxílios financeiros) a apresentar esforços pela democratização "de fato". Em junho de 1990, pressionado pela comunidade internacional, Habyarimana anunciou o estabelecimento um sistema multipartidário em Ruanda.[2]

A perspectiva de uma disputa aberta pelo poder espalhou o terror em Ruanda, pois o presidente demonstrou que suas intenções eram fachada e que o grupo ligado ao poder não pretendia abrir mão dele. Na mesma proporção em que defendia a abertura política, o governo iniciava uma ampla repressão contra Tutsis e Hutus moderados, conseqüência direta das ações da Frente Patriótica Ruandesa (RPF).[3]

Em 1º de outubro de 1990, um exército rebelde com cerca de quatro mil homens liderados pelo general Fred Rwigyema e pelo coronel Adam Wasswa[4] invadiu o território ruandês pela fronteira nordeste com Uganda, declarando

---

[1] GOUREVITCH, 2000, pp. 94-98.
[2] O quase-Estado ruandês vinha sendo governado a mão-de-ferro por presidentes Hutus desde a independência, em 1962, e a população Tutsi não possuía qualquer direito político, sendo preterida nas áreas da educação e saúde (prioridades nos melhores hospitais e escolas para os Hutus). Os cargos públicos mais representativos e as mais altas patentes nas Forças Armadas também eram exclusivos para os Hutus. Ibidem, pp. 90-101 passim.
[3] Ibidem, pp. 98-99.
[4] PRUNIER, 1995, p. 93.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

guerra aberta contra Habyarimana e apresentando propostas políticas para acabar com a tirania, a corrupção e a ideologia de exclusão dos Tutsis, com o intuito de repatriar todos os refugiados que viviam fora de sua terra natal.[5] Três dias depois da invasão, 150 soldados franceses, 400 belgas e 100 zairenses foram enviados em auxílio ao presidente Habyarimana. As ordens dos governos francês e belga eram para que seus soldados não entrassem em conflito direto com os rebeldes.[6] Já os soldados zairenses tomaram lugar nas zonas de conflito assim que desembarcaram em território ruandês.

Inconformado com as ordens de não envolvimento direto das tropas estrangeiras nos combates entre o exército ruandês e a RPF, o governo de Habyarimana organizou um "ataque rebelde" nas imediações de Kigali durante a madrugada do dia 4 para o dia 5 de outubro de 1990. Apesar de terem sido ouvidos centenas de tiros, ninguém foi ferido.[7] O objetivo do governo também era o de lançar uma extensa ofensiva contra os Tutsis de melhor educação e com empregos mais destacados e contra Hutus moderados e/ou críticos de Habyarimana. Dias depois do "ataque rebelde" às imediações de Kigali, o presidente promoveu uma grande perseguição em Kigali buscando "espiões e cúmplices da RPF". A lista negra incluiu também os Tutsis que viajavam com freqüência para o exterior, acusados de manter contato direto com outros Tutsis refugiados e imigrantes, responsáveis por organizações cujo objetivo era desestabilizar o governo ruandês (como a RPF).[8] O jornal *Kangura* se encarregava de listar os nomes dos suspeitos e de incitar o ódio étnico. Em dezembro de 1990

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[5] GOUREVITCH, op. cit., p.99.

[6] O envolvimento da França se deu pelo entendimento de que a invasão da RPF, a partir de Uganda, era uma óbvia invasão anglo-saxônica com o intuito de desestabilizar a região. O presidente François Mitterrand decidiu passar por cima de um tratado, assinado em 1975 entre França e Ruanda, que impedia o governo francês de envolver tropas nacionais em combates ruandeses, treinar militares de Ruanda e realizar operações policiais. A mensagem do governo francês era que a defesa da "democracia" e dos "direitos humanos" na região contava com um aliado forte e pronto para agir: a França. A missão francesa, codinome "Noroit" (vento do norte), foi enviada a Ruanda para proteger os cidadãos franceses, que já haviam sido retirados de Kigali logo nos primeiros dias de outubro. Os soldados da Noroit não só ajudaram na linha de frente como fizeram a segurança do aeroporto de Kigali, deram apoio logístico às tropas ruandesas, pilotaram os helicópteros do governo ruandês, organizaram o posicionamento das artilharias, desenvolveram as comunicações de rádio, supervisionaram as operações militares (incluindo a tortura de prisioneiros) e até participaaram de bloqueios nas estradas. PRUNIER, op.cit., pp. 93-111; e GOUREVITCH, op.cit., pp. 99-107.

[7] MAMDANI, 2001, p. 186; e PRUNIER, op. cit., p. 102.

[8] Cerca de 10 mil pessoas foram presas entre os meses de outubro e novembro acusadas de serem pró-RPF. GOUREVITCH, op. cit., p. 100; e PRUNIER, op. cit., p. 121.

publicou os "Os Dez Mandamentos Hutu", que pregavam a pureza racial, acusavam todos os homens e mulheres Tutsis de serem desonestos e traidores, e chamavam de traidores todos os Hutus que casassem, tivessem amizade ou empregassem Tutsis. O oitavo e mais citado dos mandamentos dizia que os Hutus deveriam parar de sentir pena dos Tutsis.[9]

Já em novembro de 1990 a guerrilha cambaleava depois da perda de centenas de homens e da morte de três dos seus mais importantes comandantes: Fred Rwigyema, Peter Banyngana e Chris Bunyenyezi.[10] Outro dos homens-fortes da RPF, Paul Kagame, que estava estudando nos EUA, apressou sua volta a Ruanda para reagrupar os cerca de dois mil homens que ainda restavam. Kagame coordenou a retirada dos rebeldes de volta para Uganda e passou os dois meses seguintes reorganizando novas lideranças, recrutando e treinando novos soldados e dando assistência aos que haviam invadido Ruanda em outubro.[11]

A primeira investida da RPF depois do retiro aconteceu em 23 de janeiro de 1991. O alvo foi contra a cidade de Ruhengeri, cidade natal de Habyarimana e sede da maior prisão de Ruanda, onde estavam detidos quase todos os prisioneiros políticos do governo. Entre eles Théoneste Lizinde, preso desde 1980, um dos colaboradores mais próximos de Habyarimana e profundo conhecedor dos bastidores e segredos da cúpula do governo. O ataque causou repercussões imediatas em Kigali. Lizinde foi imediatamente liberto e integrado à RPF (apesar do passado próximo a Habyarimana). O objetivo de Kagame era causar um choque psicológico e político no governo.[12]

Além da RPF, Habyarimana convivia com outro problema: a acusação, por parte de Hutus exaltados de que era complacente demais com os opositores do governo. Na verdade, o presidente ruandês estava ganhando tempo na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[9] O *Kangura* supostamente criticava o governo, mas era uma das mais influentes mídias de propaganda anti-Tutsi. Apoiado indiretamente por Habyarimana, o jornal divulgava listas de Tutsis e Hutus que estariam secretamente associados aos rebeldes golpistas e conclamava os cidadãos ruandeses a delatar quaisquer suspeitos de atos de traição contra o governo Hutu. GOUREVITCH, op. cit., pp.104-106.

[10] MAMDANI, op. cit. p. 186.

[11] Nos primeiros meses de 1991, a RPF reuniu mais de cinco mil homens; no fim do ano esse número se aproximou rapidamente dos 15 mil e quando o país explodiu no morticínio, em meados de 1994, havia mais de 25 mil soldados lutando sob o comando de Kagame. Quase todos os soldados da RPF tinham cursado o ensino primário, metade deles cursou o segundo grau e cerca de 20% haviam chegado à universidade, caracterizando a Frente como a mais instruída guerrilha que o mundo havia visto até então. PRUNIER, op. cit., pp. 114-117; e MAMDANI, op. cit., p. 186.

[12] PRUNIER, op. cit., p. 120.

implementação do multipartidarismo, dando espaço para que pequenos partidos de oposição surgissem, enquanto os elementos mais poderosos e perigosos eram presos e mantidos nas cadeias de Kigali como cúmplices das atividades da RPF. Como parte desse jogo, Habyarimana convidou, em outubro de 1991, o ministro da Justiça, Sylvestre Nsanzimana, um reconhecido político moderado[13], para formar um novo gabinete que pudesse implementar as mudanças rumo à democracia.[14] No mesmo mês os principais partidos de oposição (MDR, PSD e PL[15]) apresentaram um documento ao presidente listando todas os obstáculos que o próprio governo impunha à democratização de Ruanda. A resposta do governo foi a dissolução do gabinete de Nsanzimana, em dezembro, e a instituição de outro, sem representantes da oposição. Como conseqüência, uma onda de protestos aconteceu na primeira quinzena de janeiro de 1992, sendo imediatamente proibidos e dissolvidos.[16] Enquanto essa queda-de-braço política acontecia na capital, a RPF agia no norte do país mantendo ocupadas as Forças Armadas Ruandesas, que ainda contavam com o apoio dos soldados franceses.

Com a crise econômica em Ruanda[17], muitos jovens Hutus que perderam seus empregos passaram a ser aproveitados em milícias civis que recebiam

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[13] Nsanzimana foi integrante do gabinete o antigo presidente Kayibanda que, depois da subida de Habyarimana ao poder, resolveu seguir a carreira diplomática fora do país, chegando ao posto de Secretário-geral da Organização da União Africana (OUA), antes de retornar a Ruanda e aceitar o cargo de ministro da Justiça.

[14] Entre os objetivos do gabinete estavam a igualdade no tratamento de todos os partidos políticos, dispersar o Parlamento e convocação de uma Conferência Nacional e a abertura da mídia audiovisual (num país de altas taxas de analfabetismo a imprensa livre significava a importância de diversificar, principalmente, os programas de rádio, a mídia mais importante e de alcance mais extenso em território ruandês).

[15] O mais importante e poderoso partido de Ruanda era, e continuava sendo até então, o MRND (Mouvement Révolutionnaire National pour le Développement), partido criado por Habyarimana e o único cuja existência era permitida. A partir do anúncio da abertura política, vários outros partidos, a maioria de oposição ao governo, foram criados. Os mais importantes foram o MDR (Mouvement Démocratique Rwandais, formado por Hutu moderados), o PSD (Parti Social Démocrate, assumidamente de centro-esquerda), o PL (Parti Liberal, de centro-direita e integrado por Tutsi e Hutu) e o PDC (Parti Démocrate Chrétien, grupo genuinamente de cristãos comprometidos com a causa democrática). Ainda nos primeiros meses de 1991, o MRND adicionou outro "D" em sua sigla, para acompanhar a inclusão do multipartidarismo previsto na nova Constituição de 10 de junho de 1991, acrescentando mais uma palavra ao nome, que agora significava Mouvement Révolitionnaire national pour le Développement et la Démocatie. Durante as discussões de Arusha e os esforços para a implementação do Acordo, esses principais partidos se dividiram internamente em dois grupos: aqueles que apoiavam a divisão de poder com a RPF e os que se opunham. Mesmo os oposicionistas do MDR, PL e PSD sofreram com cisões internas que passaram a ser conhecidas como "power" e "moderate". PRUNIER, op. cit. pp. 121-126; e MAMDANI, op. cit., p. 203.

[16] PRUNIER, op. cit., p. 135.

[17] Em meados de 1992 as exportações ruandesas tiveram uma ligeira queda (de um total de 9,2 bilhões de francos franceses para 8,9 bilhões), porém as exportações tiveram uma baixa mais

financiamento do governo para treinar táticas militares de ataques-surpresa, incêndio de casas, lançamento de granadas e confecção de porretes. A mais organizada e violenta delas era a *interahamwe* ("aqueles que atacam em grupo"), originada nas torcidas organizadas de futebol e patrocinada pelo governo, através do MRND.[18] Na mesma proporção em que a RPF atacava povoados ao norte de Ruanda, a interahamwe se espalhava pelas cidades em volta da capital e se dividia em pequenos grupos que "defendiam e vigiavam" os bairros. O primeiro "trabalho profissional" da milícia Hutu aconteceu em março de 1992, quando foram "descobertos" panfletos do PL incitando a população Tutsi a matar os Hutus. A interahamwe, em ações de "autodefesa", matou cerca de 300 Tutsis (o governo admitiu 182 mortes) em três dias na cidade de Bugesera, sul da capital. Outros tantos foram assassinados nas cidades de Gisenyi e Kibuye (ambas a oeste de Kigali).[19]

Em meio a essa situação, a comunidade internacional pressionava o governo ruandês a dar um passo significativo de entendimento com a RPF. Um acordo, assinado em março de 1992, previu o início das conversações entre representantes de Habyarimana e Kagame. Em 24 de maio, o ministro das relações Exteriores, Boniface Ngulinzira, se encontrou com o vice-presidente do Conselho da RPF, Patrick Mazimpaka, na cidade de Kampala. Ao fim do rápido encontro, ambas as partes anunciaram que as negociações bilaterais começariam em junho, em Paris.[20] O resultado imediato, em Kigali, foi a morte de sete militantes, em 30 de abril, durante o encontro, nas ruas da capital, entre manifestantes da juventude filiada aos partidos de oposição ao governo (defendendo a abertura das conversações de paz) e os militantes do MRNDD (que acusavam o governo, e particularmente Habyarimana, de traição à causa Hutu).[21]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

drástica de cinco bilhões de francos franceses (caindo de 28 bilhões para 23 bilhões). A dívida externa, que não havia chegado aos U$740 bilhões em 1990, saltou para U$1 bilhão já em 1993. PRUNIER, op. cit., p. 159.

[18] A guerra civil entre o governo e a RPF ofereceu o contexto no qual a interahamwe se transformaria de uma torcida organizada, em 1990, a um grupo de vigilantes anti-Tutsi, em 1991-1992, e depois num esquadrão da morte cujos integrantes invadiam casas à procura da população Tutsi, em 1994. MAMDANI, op. cit., p. 212.

[19] GOUREVITCH, op. cit., p. 112; e PRUNIER, op. cit., p. 137.

[20] PRUNIER, op. cit., p. 149-150.

[21] GOUREVITCH, op. cit., p. 119; e PRUNIER, op. cit., p. 150.

4.3
As discussões em Arusha e os novos embates no norte

As negociações para a paz começaram em 10 de agosto de 1992, seguindo o encontro entre as lideranças do governo e da RPF que havia ocorrido há pouco mais de um mês em Paris.[22] As negociações foram discutidas e acertadas entre as delegações de Ruanda (representada pelo Primeiro-Ministro, Dismas Nsengiyaremeye, pelo ministro das Relações Exteriores, Ngulinzira, e pelo ministro da Defesa, Gasana) e da RPF (liderada por Pasteur Bizimungo, Théogène Rudasingwa e Patrick Mazimpaka). A assinatura de um protocolo de intenções entre as duas partes em Arusha, na Tanzânia, começou a criar maiores e mais sérios problemas políticos a Habyarimana, que passou a ser acusado pelos demais líderes do Poder Hutu, grupo extremista ruandês que se "descolou" do MRNDD, como traidor e cúmplice das "baratas" (como eram chamados pejorativamente os Tutsi). Poucos dias depois os ministros do MRNDD passaram a demonstrar aberta hostilidade contra Nsengiyaremeye e Ngulinzira, identificados como suspeitos de favorecerem a RPF. A situação forçou Habyarimana a justificar os esforços pelo entendimento e pela paz.[23]

Em outubro a oposição foi às ruas pedir a saída do Primeiro-Ministro e do Presidente. A Rádio Ruanda, ligada aos partidos de oposição (que passou a adotar o slogan "Rádio Livre de Ruanda") passou a atuar de maneira cada vez mais independente e desafiadora.[24]

Entre os meses de setembro de 1992 e janeiro de 1993 novas discussões, em Arusha, se resumiram aos arranjos da divisão do poder. As baterias dos dois grupos se voltaram para a implementação do governo provisório e quanto tempo ele deveria durar. Durante o mês de fevereiro as conversas passaram para um item polêmico: a criação e composição de uma nova Força Armada Ruandesa e o percentual de soldados da RPF que faria parte dela.

Enquanto as discussões aconteciam em Arusha, Habyarimana sufocava as manifestações populares da oposição, que se tornavam cada vez mais coordenadas e incômodas. Durante as últimas semanas de 1992 e as primeiras de 1993, vários

[22] MAMDANI, op. cit., p. 210.
[23] PRUNIER, op. cit. p. 161.
[24] Ibidem, p. 164.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

casos de assassinatos de grupos Tutsis eram noticiados pela Rádio Ruanda. Os crimes eram imputados à interahamwe, tendo os políticos e representantes do MRNDD e do CDR acusados como mentores intelectuais.[25] O presidente Habyarimana deixou definitivamente de lado a máscara democrática para mostrar a verdadeira face da "política multipartidarista" exercida domesticamente. Todos os partidos tiveram que expressar publicamente se estavam contra ou a favor do governo, sem meio termo. Assim os oposicionistas passaram a tomar mais cuidado com as manifestações públicas de apoio às discussões de Arusha e de apoio à RPF. A Rádio do governo, por sua vez, passou intimidar os opositores do regime com mensagens indiretas à segurança de suas famílias e amigos.[26] No fim de janeiro, a tensão entre os dois grupos fez explodir a violência no norte do país, onde a *interahamwe* se associou à população local e à Força Armada Ruandesa para lançar uma ofensiva de cinco dias, matando 300 pessoas e incendiando casas na região de Byumba.[27]

Em resposta a RPF suspendeu o cessar-fogo, que havia sido implementado enquanto durassem as negociações em Arusha, e as discussões sobre o plano de paz, atacando os milicianos do governo, os soldados da FAR e forçando a retirada deles da região. A vitória Tutsi forçou, involuntariamente, a saída da população Hutu da região, fenômeno que havia sido observado durante todo o ano de 1992 quanto os "libertadores" Tutsis, mesmo deixando claras as intenções de não fomentar o ódio entre os grupos, causou migrações de grande parte da população Hutu para as regiões central e sul (aumentando o número de Hutus deslocados e o ressentimento contra os Tutsi).[28]

A França, desconsiderando que a ação da RPF era uma contra-ofensiva, ordenou que seus soldados protegessem a capital. Em 20 de fevereiro a RPF marchou de Byumba, estacionando a cerca de 30 km ao norte da capital e

[25] Ibidem, p. 173.
[26] GOUREVITCH, op. cit. p. 116-117.
[27] Para a comunidade internacional, Habyarimana tentava minimizar os acontecimentos atribuindo os massacres ao "justificado direito do ódio popular", já que a população se lançava espontaneamente contra os Tutsi para impedir que eles, Hutu, fossem mortos. PRUNIER, op. cit. p. 174.
[28] Entre os meses de fevereiro e março de 1993 as estimativas dos jornalistas que acompanhavam as ações da RPF no norte do território ruandês eram de que havia uma população entre 600 mil e 860 mil deslocados Hutu que fugiam do avanço da RPF. PRUNIER, op. cit. p. 175.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

anunciando um cessar-fogo unilateral.[29] Em 2 de março os representantes das duas partes firmaram um novo cessar-fogo com a condição de que as tropas estrangeiras (os franceses) fossem retiradas do país, renovando a disposição de retomar as discussões de Arusha.[30]

Finalmente, em 4 de agosto de 1993, o presidente de Ruanda assinou um acordo de paz pondo um fim, momentâneo, à guerra civil.[31]

Um Governo Transitório de Base Ampla (BBTG) foi montado como uma coalizão composta pelos quatro maiores partidos de oposição, o MRNDD e a RPF; dividindo os 21 cargos de ministro (incluindo aí o de Primeiro-Ministro). As decisões do BBTG passariam pela aprovação de 2/3 dos ministros. Habyarimana continuaria presidente até as próximas eleições, porém teria seus poderes diluídos.[32] Mas a implementação do que foi acordado em Arusha dependia do envio de uma força militar internacional de monitoração. A RPF não abria mão dessa condição. O objetivo era enviar as forças francesas de volta para casa, já que apoiaram inconteste o governo Habyarimana e permaneciam em Ruanda.[33] Em 5 de outubro o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 872 criando a Unamir (Missão de Assistência da ONU para Ruanda) para observar o cumprimento do calendário de implementação da paz.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[29] A idéia era causar uma forte impressão psicológica e política e não entrar em confronto direto com os soldados franceses que guardavam a capital ou a população Hutu que havia sido exortada a proteger a capital pelo presidente Habyarimana. PRUNIER op. cit., p. 177.

[30] PRUNIER,op. cit., p. 179.

[31] O Acordo de Arusha, assinado nas presenças dos presidentes da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi; de Uganda, Yoweri Museveni; do Burundi, Melchior Ndadaye; e do Primeiro-Ministro do Zaire, Faustin Birindwa, depois de um ano de discussões no qual importantes passos foram dados:

- Assinatura do cessar-fogo em 12 de julho de 1992;
- Ratificação de acordos para a divisão de poder, definindo a composição do Governo Transitório de Base Ampla (BBTG), apresentados em 30 de outubro de 1992 e 9 de janeiro de 1993;
- Aceitação do Protocolo de Repatriação de Refugiados, assinado em 9 de junho de 1993;
- Fixação do Acordo de Integração às Forças Armadas de Ruanda, assinado em 3 de agosto de 1993.

A integração militar foi o último ponto chegar a um denominador comum a ponto de se assinar um acordo. A chegada a esse acordo colocou o último pingo no "i" para a redação de Arusha. PRUNIER, op. Cit., p. 192; e MAMDANI, op. cit., p. 212.

[32] PRUNIER, op. cit., p. 192.

[33] Em 23 de junho, para facilitar as negociações em Arusha e diminuir o temor tanto da RPF (com a constante presença francesa em apoio ao governo de Ruanda) quanto do Governo ruandês (que queria evitar novos envios de armamento ugandense para os revolucionários) o Conselho de Segurança já havia aprovado a Resolução 846 criando a Unurom (Missão de Observação da ONU para Uganda-Ruanda), que não foi eficaz em desenvolver e realizar o trabalho de controle da fronteira entre Ruanda e Uganda. Ibidem, p. 194.

Habyarimana, que não queria abdicar do poder, resolveu testar o comprometimento dos líderes regionais com o Acordo. Em 31 de agosto de 1993, visitou Museveni em Uganda e mediu o grau de apoio que ele dava à reconciliação ruandesa. Sem que Habyarimana soubesse, Museveni convidou três líderes da RPF numa tentativa de organizar um encontro informal deles com o presidente da Ruanda, que numa atitude descortês, porém reveladora, recusou o convite.[34] Em 4 de setembro, Habyarimana visitou o recém-eleito presidente de Burundi, Melchior Ndadaye, confirmando a disposição do presidente burundi em cooperar com a paz em Ruanda. Mas enquanto o presidente ruandês viajava, a situação doméstica azedava cada vez mais. Os refugiados Tutsi, oficialmente autorizados a retornar ao país, eram ameaçados e intimidados pela FAR assim que atravessavam as fronteiras e antes de alcançar as áreas controladas pela RPF. Um sentimento de que as vinganças agora poderiam ocorrer sem que houvesse represálias começou a tomar a população e muitos dos responsáveis pelos assassinatos de 1990 começaram a ser mortos por grupos Tutsi, encorajados pela situação de aparente paz, principalmente nas regiões sul e noroeste.[35]

As notícias das mortes de integrantes da interahamwe começaram a ser utilizadas de maneira instrumental pela extrema direita Hutu, que atribuía os assassinatos à RPF, com a permissividade do presidente Habyarimana (acusado de traidor e amigo das "baratas"). A tensão entre Tutsis e Hutus se tornava cada vez mais perigosa quando, em 21 de outubro de 1993, as rádios começaram a divulgar as notícias do assassinato do presidente Hutu do Burundi, Melchior Ndadaye.[36] Os acontecimentos no país vizinhos aumentaram ainda mais a neurose Hutu em Ruanda, levando a mais ataques de "atores não identificados" a Tutsis e oposicionistas Hutus. As transmissões de uma nova rádio, a RTLM (Radio et

[34] Ibidem, p. 195; e MAMDANI, op. cit., p. 192.
[35] PRUNIER, op. cit., p. 195.
[36] O Burundi sempre foi uma espécie de espelho invertido de Ruanda e também dividido entre Tutsi e Hutu porém, diferentemente de Ruanda, os burundis Tutsi são maioria no país. Depois de quase 30 anos de ditadura Tutsi, um presidente Hutu foi eleito democraticamente no Burundi (recebendo mais de 60% dos votos e derrotando o ex-presidente Tutsi Pierre Buyoya em 1º de julho de 1993). A transferência de poder foi feita tranqüilamente e o exemplo burundi foi festejado internacionalmente como uma esperança para a paz africana. Quando o novo presidente foi seqüestrado e assassinado por militares Tutsi, uma violenta revolta Hutu foi desencadeada, resultando, por sua vez, em duríssimas repressões levadas a cabo pelo exército nacional, que matou um número estimado em 50 mil pessoas (60% de Hutu), obrigando cerca de 150 mil Tutsi a fugirem para áreas controladas pelo governo e 300 mil Hutu para o sul de Ruanda. GOUREVITCH, op. cit., pp. 121-122; PRUNIER, op. cit., p. 199; e MAMDANI, op. cit., pp. 215-216.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

Télevisión Libres des Milles Collines), uma espécie de *Kangura* sonoro que ficou popular em pouquíssimo tempo, eram cada dia mais exageradas e iracundas. A "pólvora étnica" ia sendo estocada em quantidades cada vez maiores a espera de um estopim que a explodisse de vez. Os grupos extremistas Hutu viram no assassinato de Ndadaye uma prova da perfídia Tutsi, renovando as acusações de que a implementação de Arusha seria a concessão de uma perigosa parcela de poder às "baratas traidoras". Os Hutus moderados, temendo uma nova onda de violência em Ruanda, viram-se obrigados a expressar apoio público e explícito à RPF que, por sua vez, agiu de maneira ambígua no episódio. Ao mesmo tempo em que divulgou uma nota oficial condenando a morte do presidente do Burundi e a interrupção do processo democrático no país vizinho, recebeu, nos territórios sob seu controle, oficiais das Forças Armadas burundis responsáveis direta ou indiretamente pelo assassinato de Ndadaye.

Habyarimana aproveitou o momento de desestabilização regional para protelar mais a instalação do BBTG. O presidente de Ruanda estava numa situação desconfortável e precisava de todo o tempo que pudesse ganhar: era visto com extrema desconfiança pelos extremistas e como entrave à implementação de Arusha pelos movimentos Tutsi, pelos Hutu moderados e pela sociedade internacional, que já dava sinais de impaciência.[37]

Em meio a esse ambiente de tensão crescente, os primeiros mil soldados da Unamir chegaram a Kigali, em novembro de 1993, enquanto os soldados franceses eram retirados.[38] A Unamir tinha um poder muito mais limitado do que as missões antecessoras na Somália e na Bósnia, tendo a permissão de usar a força apenas para autodefesa.[39] Assim que chegou à capital, o comandante da Missão, o general canadense Romeo Dallaire, chegou à conclusão de que, apesar de ter sido designada como "zona livre de armas" por Arusha, Kigali era um depósito de armas do Poder Hutu.[40]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

[37] PRUNIER, op. cit. p., 200-203.
[38] Ao todo, em dezembro de 1993, havia 1,26 mil homens da ONU em Kigali. A maioria dos soldados foi enviada pela Bélgica, Gana e Bangladesh. MAMDANI, op. cit., p. 213; e BARNETT, op. cit., p. 75.
[39] BARNETT, 2002, p. 83.
[40] GOUREVITCH, op. cit., p.124-125.

Durante dezembro de 1993 e janeiro de 1994 tentou-se, sem sucesso, estabelecer o governo provisório.[41] No dia 30 de dezembro, Pasteur Bizimungo, um dos ministros indicados pela RPF, advertiu Habyarimana que, se não houvesse progresso, a Frente romperia unilateralmente com o cessar-fogo. Kagami, que também fora indicado pela RPF, já havia se retirado de Kigali e retornado a Mulindi, ao norte, para colocar as tropas em alerta. A pressão sobre Habyarimana surtiu efeito apenas momentâneo. A transferência de poder para o BBTG foi marcada para 10 de fevereiro de 1994, porém, um dia antes, a data foi novamente postergada sem motivo aparente. A reação da comunidade internacional aconteceu em seguida: o Conselho de Segurança anunciou, em 17 de fevereiro, que as atividades da Unamir só poderiam ser postas em prática quando as partes chegassem a um mínimo de entendimento para efetivar o que havia sido acordado em Arusha.[42] Assim, 22 de fevereiro foi a nova data marcada para a transição. Um dia antes, uma manifestação pró-BBTG foi atacada nas ruas de Kigali, espalhando a violência e deixando oito mortos além de um número não determinado de feridos.[43] O episódio serviu como nova desculpa para Habyarimana. A pressão internacional se tornou tão intensa que, logo no primeiro dia de março o Secretário-Geral Boutros-Ghali avisou aos representantes de Ruanda em Nova York que, se não houvesse avanço, retiraria os capacetes azuis em 15 dias.[44] Em 3 de abril o embaixador da Alemanha, falando em nome da União Européia, endereçou um pedido a Habyarimana e anunciou o boicote dos países europeus responsáveis pela ajuda financeira ao país.[45] Acuado, o presidente ruandês viajou no dia 6 de abril de 1994 para um encontro em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia.[46] A instabilidade regional e o problema de Ruanda, formaram a pauta de discussões da reunião. Habyarimana foi mais uma vez exortado pelos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[41] O maior empecilho à instauração do BBTG no momento era a insistência de Habyarimana em incluir o CDR (partido extremista anti-Tutsi, ferrenho crítico do presidente ruandês e da assinatura de Arusha, e responsável pelas mortes que ocorreram meses antes) na coalizão que comporia o Governo Provisório. Idéia que era rechaçada veementemente pela RPF e pelos demais partidos de oposição. BARNETT, 2002, p. 75.
[42] PRUNIER, op. cit., p. 204-205.
[43] Ibidem, p. 205.
[44] BARNETT, op. cit. p. 93.
[45] PRUNIER, op. cit. p. 209.
[46] Que contou com as presenças do presidente tanzanês, Alli Hassan; do vice-presidente do Quênia, George Saitot; do novo presidente do Burundi, Cyprien Ntanyamira, e do presidente Yoweri Museveni, de Uganda.

representantes regionais a implementar o BBTG sob a pena de perder de vez o apoio da comunidade internacional.

Pouco depois das 20h30 do dia 6 de abril de 1994 os ruandeses começavam a ser informados das mortes dos presidentes Habyarimana e Ntanyamira e da forma como foram assassinados: dois mísseis atingiram o avião presidencial ruandês, de fora do perímetro do aeroporto de Kigali, quando se preparava para pousar.[47]

4.4
O genocídio, a não-intervenção da ONU, a passividade da Unamir e a intervenção francesa

No dia seguinte à morte dos presidentes de Ruanda e do Burundi, a RTML começou a responsabilizar a RPF e a Unamir pelo assassinato dos dois presidentes. A tensão étnica finalmente explodiu. Durante a madrugada, logo depois dos primeiros anúncios das mortes dos dois presidentes, as ruas da capital foram tomadas pelos soldados da interahamwe e da guarda presidencial de elite, que, com listas nas mãos, invadiam as casas daqueles que deveriam "ser mortos antes do amanhecer". Entre os alvos estava a Primeiro-Ministra Hutu, Agathe Uwilingiyimana, morta no jardim da própria casa ao tentar fugir. Os dez soldados belgas enviados para proteger Uwilingiyimana foram obrigados a depor armas. Levados prisioneiros para uma base militar no centro de Kigali, foram torturados, mortos e mutilados.[48] Os ataques aos Tutsis e Hutus moderados se espalhavam rapidamente a partir da capital, incitados pela interahamwe e pelos locutores da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[47] No início de março o Kangura estampou na primeira página que o presidente Habyarimana seria morto naquele mesmo mês. O texto da matéria chamava o presidente de amigo dos Tutsis e previa que ele seria morto não por um Tutsi, mas por um Hutu comprado "pelas baratas". GOUREVITCH, op. cit. p.130-132.

[48] A intenção do Poder Hutu era intimidar os capacetes azuis e impressionar os países que apoiavam a Unamir a ponto de promover uma cisão entre eles e forçar a retirada da Bélgica da Missão, enfraquecendo-a. O assassinado do presidente e a morte do Primeiro-Ministro também representaram a chance de os *génocidaires* protagonizarem um golpe de Estado que colocaria no poder os líderes extremistas anti-Tutsi . Além de Uwilingiyimana, os alvos preferenciais daquela madrugada de 6 para 7 de abril foram o presidente da Corte Constitucional de Ruanda, Joseph Kavaruganda (que, além de ser considerado um político liberal, era o primeiro na lista sucessória de Habyarimana), os padres do Centro Cristão de Kigali, que apoiavam abertamente a transição democrática e reuniam, nos centros, grandes quantidades de apoiantes do BBTG, homens de negócio e ativistas ligados à defesa dos direitos humanos. Os líderes do PL, Landwald Ndasingwa (morto com a mulher e os filhos) e do PSD, o ministro da Agricultura Frédéric Nzamuranbaho, fizeram parte das primeiras incursões dos grupos armados, assim como o ministro das Relações

RTLM.[49] Apesar de a RTLM e os extremistas Hutus imputarem à RPF a morte dos dois presidentes, não se chegou à conclusão de que a Frente teria realmente participado do atentado.[50]

Em 9 de abril um "governo interino" foi anunciado em um pronunciamento pela Rádio Ruanda. O presidente Théodore Sindikubwabo, um dos líderes mais influentes do MRNDD, e o Primeiro-Ministro Jean Kambanda, um extremista do MDR, montaram o novo governo com representantes do MDR, do PSD, do PDC e do PL.[51] No mesmo dia Kagame liderou as tropas da RPF, que estavam ao norte do país, em direção ao centro-sul do país, retomando as hostilidades e obrigando o governo autoproclamado a se mudar para Gitarama, a sudoeste da capital, três dias depois. Durante esses dias o comandante da Unamir, general Roméo Dellaire, tentava costurar, sem sucesso, um cessar-fogo entre as duas partes. A RPF deixou bem claro a Dellaire que não negociaria com criminosos".[52]

No fim do mês, Kigali estava dividida pelo vale central: a leste a RPF e a oeste o governo. A Unamir e os poucos voluntários que ainda permaneciam em território ruandês negociavam, durante horas, a troca de prisioneiros, refugiados e feridos através dessa linha.[53]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

Exteriores, e um dos artífices de Arusha, Boniface Ngulinzira. BARNETT, op.cit., pp. 98-99; GOUREVITCH, op.cit., p.136; MAMDANI, op. cit., p. 217; e PRUNIER, op. cit., p. 230.

[49] GOUREVITCH,op.cit., p.138.

[50] A pesar de ser um entrave político à implementação, de fato, do BBTG, Habyarimana era a garantia da RPF de que o governo poderia ser responsabilizado e pressionado pelos constantes atrasos. Na verdade a figura de Habyarimana era importante justamente como anteparo entre a RPF e os grupos de Hutu moderados e os grupos de extrema-direita que também antipatizavam com o presidente. Kagame, a RPF e os grupos moderados sabiam muito bem que a morte de Habyarimana poderia ser muito bem utilizada pelos extremistas Hutu para lançar uma perseguição nacional contra os Tutsi, já que eles tinham em seu poder as principais e mais influentes rádios ruandesas. Além disso, a morte do presidente interromperia a retirada dos soldados franceses da capital e poderia se reverter numa interferência militar direta da França em Ruanda. A própria ação rápida da interahamwe que, 45 minutos depois da morte do presidente já ter bloqueios prontos nas principais vias de saída da capital e já estar de posse de listas de Tutsi e Hutu moderados que deveriam ser mortos ainda na madrugada de 6 para 7 de abril de 1994, é um forte indicativo do envolvimento dos Hutu extremados no assassinato do presidente Habyarimana. PRUNIER, op. cit, p. 222-223.

[51] GOUREVITCH, op. cit., p.139; e PRUNIER, op. cit., p. 232-233.

[52] PRUNIER, op. cit., p. 237.

[53] Os massacres começaram na madrugada do dia 6 para o dia 7 de outubro de 1994 em quase todas as principais cidades do centro-sul, com exceção de Butare, onde a situação esteve controlada até 20 de abril quando as autoridades locais foram substituídas por extremistas Hutu. A Unamir estava de mãos atadas já que seu mandato a impedia de intervir e os massacres foram impedidos apenas nos locais onde a RPF mantinha o controle. Em Byumba, na parte oeste de Ruhengeri e ao norte de Kigali e Kibungo a população Tutsi somente foi perseguida nos primeiros dias de ação da interahamwe e de outros grupos locais de extermínio, sendo logo aprisionados (alguns mortos) pelos soldados da Frente. Os massacres aconteceram de forma mais prolongada na parte sul de Ruanda, principalmente nas áreas ao Sul de Kigali e Kibungo, bem como em

O mandato e o equipamento da Unamir impossibilitavam o envolvimento direto das tropas para deter a matança em Kigali. No dia 10 de abril de 1994 o ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Willy Claes, fez um pedido ao Conselho de Segurança para que o mandato da Unamir fosse modificado, permitindo que os soldados interviessem. O pedido que foi veementemente negado pelo representante francês.[54]

Em Nova York, duas frentes do Conselho de Segurança discutiam a extensão e ampliação do mandato da Unamir (liderados pela Nigéria, Nova Zelândia e República Tcheca) ou a retirada imediata dos capacetes azuis (liderados pelos EUA, Reino Unido, com a anuência velada da Rússia, França e China).[55] Influenciados pelo fracasso na Somália, os EUA pressionavam pela retirada das tropas da ONU desde o momento em que chegaram as notícias do abate do avião de Habyarimana. Ruanda se constituía num pesadelo humanitário, mas não significava, para os diplomatas norte-americanos, uma ameaça genuína para a paz e a segurança internacionais.[56] Assim, em 14 de abril de 1994, uma semana depois do esquartejamento dos dez capacetes azuis, a Bélgica se retirou da Unamir exatamente como previram os líderes do Poder Hutu.[57]

Em meio a essas pressões e embates diplomáticos no Conselho de Segurança, no dia 20 de abril, Dellaire voltou a insistir na idéia de que seus soldados poderiam intervir no conflito ruandês. O comandante da Unamir enviou uma mensagem urgente ao Secretário-Geral e ao Conselho, na qual garantia poder deter rapidamente as matanças se fosse dada carta branca para uma ação com pelo menos cinco mil homens em Kigali. No dia seguinte, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 912 na qual reduzia o contingente da Unamir em 90%, ordenando a total retirada e deixando apenas 270 observadores[58] em Ruanda.[59]

Gitarama, Butare, Gikongoro, Kibuye e Cyangugu. GOUREVITCH, op. cit., pp. 158-159; e PRUNIER, op. cit., pp. 234-235 e p. 261.

[54] PRUNIER, op. cit. p. 234.

[55] BARNETT, op. cit., pp. 100-101.

[56] Ibidem, p. 102.

[57] A retirada era uma forma de protesto da Bélgica contra a passividade do Conselho de Segurança, que demorava em votar a proposta para aumento do efetivo da Unamir. Assim, o ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Willy Claes, apresentou o argumento de que a opinião pública não estava entendendo a passividade da Unamir enquanto massacres aconteciam em Ruanda e avisou pessoalmente a Boutros-Ghali que estava retirando seus soldados da Missão a não ser que ela fosse ampliada e mais soldados fossem enviados a Ruanda. Ibidem, p. 104.

[58] Apesar de o texto da Resolução 912 não fazer qualquer menção a essa diminuição no número de efetivos da Unamir, os quatro autores citados neste capítulo são unânimes na apresentação desses números.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

Novas pressões sobre o Conselho de Segurança foram exercidas pela Tchecoslováquia, Nova Zelândia, Espanha e um consórcio de oito nações africanas que exigiam uma ação imediata, incomodados com as crescentes notícias dos mortos nos massacres e com a não-perspectiva de fim das ações dos assassinos Hutu.[60]

Cerca de 80% das mortes registradas aconteceram entre as primeiras semanas de abril e a terceira semana de maio. A primeira estimativa sobre o número de mortos em Ruanda foi levantada pela Human Rights Watch em 24 de abril de 1994,quando se mencionou que mais de 100 mil pessoas haviam sido assassinadas em menos de um mês.[61] Quatro dias depois a ONG Médicos Sem Fronteiras divulgava que o número de vítimas era de, no mínimo, o dobro do que havia sido divulgado pela HRW.[62] Em 5 de maio a Rádio Muhambura, da RPF, divulgava uma estimativa de mais de 500 mil mortos, número que seria ratificado pelo diretor da Oxfam, David Bryer. Em meados de maio a contagem de corpos foi feita em Kigali pelos funcionários da limpeza pública, que retiraram 60 mil corpos das ruas da capital. Em 3 de junho a RPF declarou à Muhabura que um milhão de pessoas haviam morrido.[63] Esse número seria confirmado por Charles Petrie, vice-coordenador da unidade de emergência da ONU em Ruanda, no dia 24 de agosto de 1994. Porém, em 2 de outubro, a ONU divulgou um relatório em Nova York no qual estimava oficialmente entre 500 mil e um milhão de mortos.[64] Este trabalho vai levar em consideração a estimativa calculada por Prunier, que chegou ao número de 830 mil mortos nos três meses de conflito comparando os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[59] As milícias Hutus rapidamente entenderam que a Unamir não representava ameaça alguma para as ações de extermínio. O impacto simbólico da retirada de quase todos os capacetes azuis de Kigali era a mensagem de que a comunidade internacional não se preocupava com o que estava acontecendo em Ruanda. BARNETT, op. cit. pp., 132-133; GOUREVITCH, op. cit., p.177; e PRUNIER, op. cit., p. 275.

[60] Porém a palavra "genocídio" só passou a ser utilizada com referência a Ruanda depois de pressões do Secretário-geral e do ministro do Exterior francês. À época, Washington resistia à idéia de utilizar o termo "genocídio" pelas implicações que o simples uso dessa palavra exigia. Em 11 de dezembro de 1946, pouco tempo depois de a ONU ser criada sobre as cinzas da II Guerra Mundial, a Assembléia Geral da Organização declarou o genocídio como crime perante o direito internacional. Dois anos depois, em 9 de dezembro de 1948, a mesma Assembléia Geral foi mais longe, adotando a Resolução 260A(III), da Convenção Para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, que obrigou, a partir de então, todos os países que a assinaram a se encarregar de prevenir e punir as ações cometidas com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. GOUREVITCH, op.cit., pp. 175-180.

[61] PRUNIER, op. cit., p. 261.

[62] Ibidem, p. 262.

[63] Ibidem.

[64] Ibidem, p. 263; e MAMDANI, op. cit., p. 5.

censos populacionais de Ruanda de 1991 e 1994 (já que, para ele, os números são extremamente confiáveis pois o país é pequeno, densamente povoado e a eficácia dos serviços públicos era muito boa). Levando-se em consideração as taxas de crescimento e da população e o percentual de Tutsis dentre a população ruandesa, Prunier chega à estimativa de que pelo menos 800 mil Tutsis foram mortos assim como cerca de 30 mil Hutus moderados.[65]

A pressão sobre o Conselho de Segurança, logo depois de aprovada da Resolução 912, ganhou a adesão do próprio Secretário-Geral, abismado com o crescente número de assassinatos que se sucederam à aprovação do documento. Em 29 de abril de 1994, Boutros-Ghali enviou carta à presidência do Conselho de Segurança analisando que a situação em Ruanda havia se tornado ainda mais grave e exortando o Conselho a votar pela intervenção como resposta aos massacres.[66]

Enquanto novas discussões aconteciam no horizonte diplomático, em solo ruandês a RPF avançava rapidamente, tomando o controle das cidades na região sul e recrutando cada vez mais soldados. Em 13 de junho, os soldados da RPF tomaram Gitarama, obrigando o "governo interino" a fugir para Gisenyi, a noroeste do território e próxima à fronteira com o Zaire.[67] Dois dias depois, com a organização de uma força que tomaria Gisenyi e a perspectiva de vitória, os oficiais da RPF foram comunicados que a França iria enviar uma força de intervenção humanitária assim que Conselho de Segurança consentisse. A presença da França em território ruandês era tudo o que a RPF evitava. Para Kagame e seus comandados sempre existiu o perigo de os franceses voltarem, escondidos sob o manto da ONU, para evitar que seu antigos aliados do Poder Hutu fossem capturados e julgados pelas mortes das quais foram responsáveis. A

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[65] PRUNIER, op. cit., pp. 264-265. Porém, mesmo o número de Hutu mortos não é precisamente conhecido e difere entre os autores devido às fontes consultadas. As fontes utilizadas por Mahmood Mandani calculam, por exemplo, em 50 mil o número de Hutu moderados mortos durante o genocídio (MAMDANI, op. cit , p. 218). Já Barnett trabalha com o total de 800 mil mortes entre os dias 6 de abril e 19 de julho de 1994 para chegar a impressionante estatística de pouco mais de 333 mortes por hora e 5,5 assassinatos por minuto! (BARNETT, op. Cit., p. 1). Para este trabalho são levados em consideração os cálculos feitos por Prunier a partir de documentos oficiais do censo ruandês.

[66] Um dos motivos para a provável mudança de tom (ou arrependimento como argumentam Gourevitch e Barnett) do Secretário-Geral talvez tenha sido a mudança de terminologia utilizada pelo próprio Dellaire em seus relatórios diários. O comandante da Unamir havia deixado de se referir aos massacres em Ruanda como "limpeza étnica" e passado a se referir ao mesmo fato utilizando, agora, apenas uma palavra: "genocídio". BARNETT, op. cit, p. 133.

[67] PRUNIER, op. cit., p. 273.

exasperação e irritação da cúpula da RPF com a notícia eram tão grandes que a Rádio Muhabura anunciou, em 16 de junho, que "depois da morte de centenas de milhares de inocentes, o Governo francês, responsável pela perda dessas vidas, anuncia o envio de tropas para parar a matança. A intenção é clara: as tropas francesas vêm para proteger os assassinos". [68]

4.5
A intervenção humanitária (francesa) aprovada pelo Conselho de Segurança

No dia 15 de junho de 1994, pressionada pela opinião pública e pela imprensa, que denunciava constantemente o envolvimento do governo francês com o Poder Hutu em Ruanda, a França anunciou a disposição de enviar imediatamente uma missão humanitária multinacional, sob a bandeira da ONU, e em associação com Senegal para restabelecer o entendimento entre as duas partes beligerantes.[69] A iniciativa francesa, embora aprovada pelo Conselho de Segurança em 22 de junho, foi duramente criticada pelos líderes da África anglófona e também por Dallaire, comandante da Unamir.[70]

A Resolução 929 deu à França o mandato para uma intervenção humanitária sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU e sob o comando do general Jean-Claude Lafourcade.[71] Os soldados franceses da "Operatión Turquoise", baseados na República Centro Africana, se deslocaram rapidamente para o noroeste ruandês, começando pela cidade de Gisenyi onde os representantes do "governo provisório" Hutu haviam se refugiado da investida da RPF. Assim que atravessaram a fronteira ruandesa, as tropas francesas foram saudadas pela interahamwe e os demais grupos Hutus que haviam fugido para Gisenyi. A idéia

---

[68] PRUNIER, op. cit., p. 273.
[69] BARNETT, op. cit., p. 147; GOUREVITCH, op. cit., p. 181.
[70] Na verdade, apesar de pressionado pela opinião pública doméstica, o governo Mitterand tinha muitos objetivos ligados aos interesses da política externa francesa na região, além do medo de que uma intervenção anglo-saxônica diminuísse a influência francesa na região. BARNETT, op. cit. p. 148; GOUREVITCH, op. cit., pp. 182-183.
[71] A aprovação da Resolução 929 era uma maneira de Boutros-Ghali ganhar tempo até a implementação da Unamir II, que vinha sendo discutida desde maio. Como não havia conseguido nada além da aprovação da Resolução 918, em 17 de maio, que autorizava a Unamir a proteger os deslocados em território ruandês e estabelecer áreas de segurança humanitária, o Secretário-Geral recomendou a aprovação da iniciativa francesa. A força multilateral de intervenção em Ruanda tinha o mandato de dois meses, tempo necessário para a implementação da Unamir II. A própria Resolução continha, no item 5, um chamamento a todos os integrantes da Organização para que enviassem tropas para a Unamir. BARNETT, op. cit., 149.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

dos franceses era, a partir de Gisenyi, retomar Ruhengeri, restabelecer o governo interino Hutu "amigo" e preparar uma contra-ofensiva que empurraria os rebeldes para leste (e, futuramente, de volta para Uganda).[72]

Enquanto isso a RPF avançava sobre o território ruandês, obrigando a interahamwe e outros integrantes de esquadrões da morte Hutu a fugirem para a Tanzânia, onde, ironicamente, eram recebidos de braços abertos pelos efetivos da ONU e pelas agências de ajuda humanitária que haviam montado seus acampamentos para a recepção de refugiados em várias partes das fronteiras de Ruanda com a Tanzânia, Uganda e Zaire.[73]

Com uma semana de atividades em território ruandês, a França, que havia apresentado ao Conselho de Segurança uma missão que excluía qualquer interferência na correlação de forças militares entre as partes envolvidas, declarou que transformaria o território ocupado em "zona protegida". [74] A Turquoise já se estendia por grande parte do sudoeste, e recebeu novas baterias de críticas de que estava protegendo os responsáveis pelo massacre em sua "zona de proteção humanitária". [75]

A RPF já havia tomado Butare e Kigali nas primeiras semanas de junho e continuava rumando, como uma concha, para oeste. A declaração da criação da área francesa fez com que a RPF acelerasse o avanço (já que muitos dos responsáveis pelo genocídio que não fugiam para Uganda ou Tanzânia, corriam para os braços franceses, saqueando e pilhando o que restava das cidades e aldeias no caminho).[76] Durante os primeiros 15 dias de julho de 1994, enquanto a RPF avançava o "governo interino" desintegrava e os generais Kagame e Lafourcade chegavam a um acordo de não-agressão, conseguindo uma declaração do presidente Mitterrand, estampada na primeira página do *Figaro* de 6 de julho, de que a RPF e os franceses não eram inimigos.[77] Em 16 de julho o presidente a RPF declarou a formação de um novo governo nacional, em Kigali, que repartiria o

[72] PRUNIER, op. cit., p. 284.
[73] GOUREVITCH, op. cit., p.184.
[74] Idéia que seria aprovada pela ONU em 9 de julho de 1994. BARNETT, op.cit., p. 149.
[75] Ibidem; e GOUREVITCH, op.cit., p.185.
[76] GOUREVITCH, op.cit., p.185-186.
[77] PRUNIER, op.cit., p. 294.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

poder e garantiria os outros quesitos previstos no Acordo de Arusha.[78] No dia 18, o novo "Governo de Unidade Nacional" declarou um cessar-fogo unilateral. [79] Porém cerca de 1,5 milhão de Hutus fugiram para Ruhengeri e Gisenyi e para as área francesas de onde a RTLM recomeçou a transmitir propaganda anti-RPF.[80] Quando os soldados da RPF chegaram a Ruhengeri a maioria dos Hutus correu em fuga para Gisenyi e, posteriormente (com a tomada dela em 16 de julho), para os seis gigantescos campos de refugiados em Goma, no Zaire.[81] Cada um dos seis campos de Goma era mais populoso do que quaisquer cidades próximas na região, reunindo mais de 100 mil pessoas. Em pouquíssimo tempo uma epidemia de cólera começou a matar rapidamente os refugiados. Mais de 30 mil morreram nas primeiras quatro semanas e antes que a epidemia fosse controlada.[82]

Nove meses depois, mais de 750 mil ex-exilados Tutsis haviam retornado a Ruanda, vindos de toda a África e também de lugares mais distantes como Zurique, Bruxelas, Milão, Toronto, Los Angeles e La Paz.[83] Com o controle do país nas mãos do novo governo, iniciaram-se as discussões para a retirada das forças lideradas pela França e para o envio da Unamir II. Por insistência de Dellaire, as primeiras tropas enviadas, no dia 10 de agosto de 1994, não foram para Kigali, mas sim para as "zonas de proteção humanitárias", substituindo rapidamente os soldados franceses nos campos que reuniam refugiados Hutu e grande parte dos responsáveis pelo genocídio.[84]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA

---

[78] Em 19 de julho o novo governo foi empossado, composto por integrantes da RPF e sobreviventes dos partidos de oposição. Uma das primeiras medidas foi mudar o nome do exército nacional de Ruanda para Exército Patriótico Ruandês. GOUREVITCH, op.cit. p.192.

[79] Nas primeiras semanas em que o novo poder se instalou em Kigali as atividades políticas foram temporariamente suspensas. O que havia sido acordado em Arusha e ratificado pela RPF e o governo de Habyarimana em dezembro de 1993 foram realmente implementados desta vez. O governo do presidente Pasteur Bizimungu (um Hutu) e do vice-presidente Paul Kagame incluiu muitos integrantes dos partidos de oposição anti-Poder Hutu em postos de chefia, porém 16 dos 22 ministros, incluindo o Primeiro-ministro e os ministros da Justiça e do Interior, eram Hutu. O exército nacional de Ruanda dobrou de tamanho, atingindo os 40 mil homens, entre eles antigos oficiais e soldados de Habyarimana. Kagame era a figura política mais poderosa desse novo governo, tendo sido criado o cargo de vice-presidente especialmente para ele, porém com controles institucionais sugeridos por ele mesmo. Os primeiros atos do novo governo foram abolir a carteira de identidade étnica e iniciar as ações de detenção de todos os suspeitos de participação no genocídio. BARNETT, op.cit., p. 151; GOUREVITCH, op.cit., p. 261.

[80] PRUNIER, op. cit., pp. 295-296.

[81] Ibidem, pp. 298-299.

[82] GOUREVITCH, Phillip (2000), p.193.

[83] Em abril de 1995, um ano depois do genocídio, 33 mil homens, mulheres e crianças estavam presos acusados de participar da matança. No fim do ano o número cresceu para 60 mil. Dois anos depois, no fim de 1997, eram pelo menos 125 mil. GOUREVITCH, op. cit., pp.269;290.

[84] BARNETT, op. cit., pp. 151-152.

Neste caso ruandês, a crítica à atuação da ONU se deve mais à não-atuação. Diferente dos casos somali e liberiano, aqui a intervenção perdeu o seu "timing", não acontecendo no momento em que deveria ter sido implementada. Enquanto as tensões cresciam e Dellaire exortava o Conselho de Segurança a permitir uma ação mais efetiva da Unamir, os EUA temiam se envolver em novo fracasso como o da Somália. O Conselho, então, permanecia inane. Quando os fatos, a morte de mais de 800 ruandeses, forçaram uma tomada de decisão quanto à gravidade da situação, a iniciativa foi tomada pela França, Estado que tinha interesses particulares em Ruanda. A autorização para a intervenção da França não poderia ser mais equivocada já que o conflito caminhava para o seu final, com a RPF próxima de conquistar o controle do território ruandês e de capturar os integrantes do governo provisório Hutu e integrantes das milícias responsáveis pelo extermínio da população. O envolvimento francês, fora de hora, apenas estendeu desnecessariamente o conflito entre a milícia Tutsi e os grupos Hutus.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0114302/CA